

intituladas “Sabemos muito pouco de Camões” (uma designação feliz, que deixa exposta, logo à partida, a justificação maior da redação do seu texto), Vasco Graça Moura define as premissas que orientam a sua reescrita e trata a produção d’*Os Lusíadas* como acontecimento da vida do seu autor, humanizando o texto e reconduzindo-o ao estatuto de objeto apreensível pelo leitor. Esta perspetiva permite corrigir o distanciamento excessivo que o revestimento institucional e canónico da obra pode imprimir à sua relação com o leitor, sublinhando a sua disponibilidade para ser apreciada e fruída, desde que sejam acautelados alguns requisitos e procedimentos decorrentes da particular natureza e da distante procedência da matéria textual. Funcionando como prolongamento do prefácio – e fazendo, dessa forma, o leitor jovem aceder a informação importante que geralmente é ignorada por se encontrar em posição paratextual –, este primeiro segmento comporta-se como zona de transição e compromisso entre a apresentação do *rationale* da adaptação e o começo da própria narrativa, numa atitude em que se combinam a vontade de tornar visível o carácter derivativo do produto manuseado e o objetivo, recorrentemente lembrado, de promover o seu modelo. Parece-nos que, considerando o conjunto das qualidades de sedução que a obra de Graça Moura tem a capacidade de exercer sobre os seus leitores, essa finalidade principal

tem excelentes hipóteses de concretização. A originalidade da proposta, que reside, afinal, na manutenção da proximidade máxima ao texto camoniano, aparece-nos afirmada pelo próprio adaptador, que não esconde o seu fascínio pela obra a que a sua voz se oferece como modesto instrumento de mediação e não perde ocasiões para – ainda que parenteticamente – ensinar, como faz entre a apresentação da formosíssima Maria e a narrativa do triste caso de Inês, que “bem valia/A pena ler aqui o original” (p. 51).

Rui Manuel Afonso Mateus

POESIA E HAGIOGRAFIA

JOSÉ ADRIANO DE FREITAS CARVALHO

Porto, Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2007

226 páginas, ISBN 9789729967023

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8207.pdf>

Integrado na Série II da coleção *Via Spiritus*, o volume *Poesia e Hagiografia* integra-se com toda a pertinência no âmbito dos projetos desenvolvidos pelo Centro Interuniversitário História da Espiritualidade da Universidade do Porto (CIUHE), cuja herança científica foi recolhida pelo Grupo de Investigação “Sociabilidades, práticas e formas do sentimento religioso”, integrado no CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória) em 2007.

Poesia e Hagiografia edita a “longa elegia triste”, *Do sentimento que mostrou a gente da cidade de Lisboa quando soube da morte do bom P. Inácio Martins defunto no colégio de Coimbra a 28 de Fevereiro do ano de 98*, composição que celebra os últimos vinte anos de vida do Padre jesuíta Inácio Martins, hoje quase desconhecido, mas célebre no seu tempo. A edição do poema, conservado no ARSI (Archivum Romanum Societatis Iesu), apresentado como “publicação integral e o mais inteligível possível” (p. 13), ocupa a parte central do índice deste volume, mas está antecedida de um longo estudo, “Vida e morte de Inácio Martins, sj. (1531-1598), o Santo Mestre da *Cartilha*”, e seguida de um capítulo sobre as fontes documentais. O vasto estudo mostra bem como um dos principais objetivos foi contextualizar a produção da Elegia, entendida como hagiográfica em muitas das suas partes, e estabelecer os dados disponíveis em relação à biografia do Padre Inácio Martins.

De uma forma a todos os títulos complexa e abrangente, José Adriano de Freitas Carvalho estabeleceu o percurso do padre jesuíta (*De vita et doctrina*), tendo em conta as fontes disponíveis e a sua construção com base em traços hagiográficos manifestados desde cedo, como a humildade de nascimento e a extrema devoção à Virgem, que se mantiveram, desenvolveram e multiplicaram. Desde o início envolvido com a Companhia de Jesus, tendo entrado no Colégio de Coim-

bra em 1547, no cumprimento dos ministérios próprios, como o socorro dos pobres, a pregação, a catequese e as missões, dedicou-se à pregação no correr da década de 70. Tendo viajado para Roma, correndo o centro da Europa no regresso, escolhido como Procurador das Índias de Portugal para a Congregação Geral, em 1573 (além do encargo secreto de procurar possibilidades de casamento para o jovem rei), o contacto com realidades de reformulação da vivência religiosa terá contribuído para uma mudança gradual na sua missão dentro da Companhia de Jesus, configurando o que José Adriano de Carvalho chamou uma “conversão interior” (p. 36). Para além de ter confrontado D. Sebastião com os perigos da campanha do Norte de África, o que lhe poderá ter valido o retiro em Coimbra até 1581, também o contacto com Simão Gomes, o Sapa-teiro Santo, e com as suas profecias, pode também ter contribuído para a profunda mudança na ação catequética e na vivência do Padre Inácio, para além da intensificação do apostolado e da redescoberta da fidelidade às origens por parte da Companhia de Jesus. Esta conclusão, reforçada por José Adriano de Carvalho, é legítima: que a “conversão interior” do jesuíta terá passado “pela redescoberta desta fidelidade ao que lhe pareceu ser o traço mais fundo e verdadeiramente definidor da Companhia” (p. 61). A partir dos anos de 1581-1582, em Lisboa, Inácio Martins começou a dedicar-

-se, “como se fosse ‘outro pregador’ e mestre de Doutrina”, de um “modo moderno”, à catequese dos *pueri* e dos *rudes*, dando importância fundamental à música e ao canto, e associando a evangelização à prática caritativa e a uma intensa vivência religiosa individual. Os seus princípios ficaram estabelecidos na sua *Cartilha*, conjunto de cinco tratados, publicados como apêndice à *Doctrina Christam*, do Padre Marcos Jorge, em 1587, que funcionou como “breve compêndio, ainda que resumidíssimo, de *ars bene vivendi*” (p. 95). As referências relativas ao Padre Inácio intensificam as suas qualidades hagiográficas, coincidindo, de uma forma oportunamente referida por José Adriano de Carvalho, com as qualidades do sacerdote exigidas no contexto pós-tridentino. O Padre Inácio Martins faleceu em Coimbra em 1598, com manifestações de grande dor do povo e da gente grada, também com pressa em recolher relíquias: “Coimbra que, vivo, o recebera e ouvira como santo, morto, dele se despede aclamando-o santo” (p. 133).

Sobre a composição e autoria da elegia as deduções de José Adriano de Carvalho são plausíveis, tendo sempre em conta a falta de comprovação: a elegia pode ter sido composta em Coimbra, possivelmente logo a seguir à sua morte, nada se sabendo sobre o seu autor. Participando do género elegíaco, por si mesmo multiforme, a composição, pelo metro predominantemente de sete sílabas e a irregula-

ridade estrófica, apresenta uma forte marca popular que terá facilitado os seus propósitos: “conjugando o louvor e a lamentação, o poema, mais do que consolar devotos e agraciados pela sua caridade, se constitui como um veículo para manter viva a recordação de Inácio Martins” (p. 145) e difundir a sua *fama sanctitatis*. Da leitura atenta que faz do poema, José Adriano de Carvalho conclui que este se constitui como uma larga evocação da faceta mais visível e mais admirada do seu apostolado nos últimos vinte anos da sua vida, acrescentando os seguintes aspetos: o conhecimento detalhado que o autor tinha da vida e da evangelização do Padre Inácio, dando conta das “maravilhas” que o Padre Mestre fez, da geografia da sua catequese por entre o espaço urbano e rural, da importância que assumiu na sua doutrina o socorro aos presos, da estrutura das sessões de doutrina, do impacto da “confissão” final, do seu dom de profecia, da virtude da humildade, constantemente cultivada. Foram estas as bases da *laudatio* do Padre Inácio Martins, por elas querido e amado, por elas chorado, com grande mostra de luto e dor, por elas a intensa procura de relíquias. Com este testemunho da *Elegia* concordam outras fontes indicadas por José Adriano de Carvalho, como Baltasar Teles, o Duque de Aveiro, o Padre João Madureira e ainda Pero Roiz Soares.

Para além da publicação das 68 estrofes da *Elegia*, apresenta-se ainda um

conjunto de fontes documentais, poemas e epístolas, documentos recolhidos no ARSI, relativas a Inácio Martins, que em muito corroboram a vida exemplar do Padre jesuíta.

Se a elegia constitui um documento a ser considerado como fonte, das primeiras e das mais bem informadas, de uma das figuras mais emblemáticas da Companhia de Jesus em Portugal, na segunda metade do século XVI, o estudo de José Adriano de Carvalho colocou da forma mais rigorosa os problemas levantados pelo contexto religioso, pela biografia e pela memória edificante do Padre Inácio Martins.

Sara Augusto

VÁRIAS RIMAS AO BOM JESUS/DIOGO BERNARDES

MARIA LUCÍLIA GONÇALVES PIRES

(ed., introd. e notas)

Porto, Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2008

265 páginas, ISBN 9789729967030

A edição das *Várias Rimas ao Bom Jesus*, de Diogo Bernardes, levada a cabo por Maria Lucília Gonçalves Pires, acrescentada de uma introdução e de notas de extrema utilidade, foi publicada pelo Grupo de Investigação “Sociabilidades, práticas e formas do sentimento religioso” do CITCEM. A edição deste cancioneiro de Diogo Bernardes permite ao leitor dos nos-

sos tempos aceder a um dos autores mais emblemáticos da sua época, entre os finais do século XVI e os inícios do século XVII, ou seja, coincidindo com a poética do maneirismo.

Na “Introdução”, Maria Lucília G. Pires coloca os problemas levantados pela publicação das *Várias Rimas*, pela biografia do autor e pelo contexto em que ambos se integram, tendo em conta a mais recente bibliografia publicada sobre a matéria. Apresentada pelo próprio Diogo Bernardes, como uma compilação de “pias rimas, compostas em diversos tempos e lugares” (p. 5), o assunto do “cancioneiro espiritual” inclui outras composições de temas “de honesta e proveitosa lição” (p. 5). Apesar de organizada e dividida em quatro partes, a obra caracteriza-se por uma considerável heterogeneidade temática e prosódica.

A primeira questão polémica relaciona-se com a organização do volume, contrapondo opiniões que implicam a presença assídua de Diogo Bernardes à convicção do papel fundamental neste caso exercido pelo editor. Nesta polémica ganha importância o dado biográfico da morte do poeta em 1594, dado hoje comumente aceite, e Maria Lucília G. Pires reconhece a justeza prudente do artigo de Luís de Sá Fardilha, sobre a obra, o autor e os contextos, no número 5 da revista *Via Spiritus* (1998), que considera “diferente e inovadora” (p. 7). Com efeito, fundado em dados objetivos, como são as datas das licenças dos dois primeiros volumes da